

**FACULDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS E LETRAS DE CAMPO MOURÃO**

**PROPOSTA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES QUE  
COMPÕEM O PROCESSO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**

**Campo Mourão, Maio de 2006**

**COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DA FACULDADE ESTADUAL DE  
CIÊNCIA E LETRAS DE CAMPO MOURÃO**

**PROPOSTA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES QUE  
COMPÕEM O PROCESSO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**

Membros da Comissão:

Dirce Bortotti Salvadori

Eder Rogério Stela

Sonia Maria Yassue Okido Rodrigues

Gláucia Patrícia Soares

Margaret Eunice Behrens Crispim

Neusa Ciriaco Coppola

Cida Freitas

Cícero Pereira de Souza

Roberto Ragazzi

Maiara

Vilma Terezinha de Souza Pinto

## **1 ESCLARECIMENTOS PRÉVIOS**

A Avaliação Institucional tem como fundamentos legais a Lei 10.861 de 14 de abril de 2004. Esta lei “estabeleceu que a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), como órgão colegiado de supervisão e coordenação do SINAES, compete estabelecer diretrizes, critérios e estratégias para o processo de avaliação, em conformidade com suas atribuições legais de coordenação e supervisão do processo de avaliação da educação superior”( MEC/CONAES, p. 5 ), prevendo no seu art.11, as Comissões Próprias de Avaliação (CPAs). A Portaria 2.051, de 09 de julho de 2004, “regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema nacional de Avaliação da Educação Superior, instituído pela lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004” (MEC/CONAES, p. 41), e no art.7º destaca as atribuições das CPAs, definindo: “As Comissões Próprias de Avaliação (CPAs), previstas no art. 11 de lei 10.861, de 14 de abril de 2004, e constituídas no âmbito de cada instituição de educação superior, estarão por atribuição a coordenação dos processos internos de avaliação da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP”(MEC/CONAES, p. 43).

Por sua vez, o Estado do Paraná, visando regulamentar os procedimentos para responder às necessidades do acima exposto, dispôs da questão da Avaliação Institucional no Cap. XI da Deliberação 001/2005, conforme segue:

:

### **Capítulo XI**

#### **DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**

Art. 46. As instituições de ensino superior do Sistema de Ensino do Paraná deverão proceder à avaliação institucional, observada a legislação vigente.

Art. 47. A avaliação institucional, com o objetivo de aperfeiçoar e garantir a qualidade da educação superior, deverá contemplar o ensino, a pesquisa, a extensão e a gestão administrativa e acadêmica, norteadas pelos princípios da utilidade, da equilibrabilidade, da fidedignidade e da ética, segundo a sua oferta.

Art. 48. A avaliação das instituições de educação superior busca a identificação do perfil e do sentido de sua atuação considerando a autonomia e a identidade institucional.

Art. 49. A avaliação das instituições de educação superior dar-se-á pela auto - avaliação e pela avaliação externa, que se constituem em processos

fundamentais para a tomada de decisão buscando o fortalecimento ou redirecionamento de ações de caráter pedagógico, científico e tecnológico.

Art. 50. A auto-avaliação constitui uma das etapas do processo avaliativo das Instituições de Ensino Superior, considerados o princípio da autonomia e da diversidade institucional do sistema estadual de ensino superior do Paraná.

§ 1.º A auto-avaliação é de responsabilidade de cada Instituição de Ensino Superior e deverá contar com a mais ampla participação da comunidade interna e da comunidade externa, especialmente de ex-alunos e de representantes de setores sociais envolvidos com a mesma;

§ 2.º A auto-avaliação deverá traduzir-se num conjunto de informações que permita uma visão de totalidade dos processos sociais, pedagógicos e científicos da instituição, identificando necessidades, potencialidades, assim como as possibilidades de seu atendimento, aperfeiçoamento e auto-regulação;

§ 3.º A auto-avaliação deve centrar-se nos processos de ensino, pesquisa e extensão, preferencialmente de forma integrada, nas instituições universitárias, considerando a concepção de formação e de responsabilidade social da Instituição de Ensino Superior;

§ 4.º A auto-avaliação deve enfatizar o processo de ensino-aprendizagem, considerando a concepção de formação e de responsabilidade social da Instituição de Ensino Superior;

§ 5.º A gestão e a infra-estrutura institucional devem ser incluídas na auto-avaliação considerando o perfil da formação e a responsabilidade pública da mantenedora.

Art. 51. A avaliação externa constitui-se em processo amplo e articulado com a avaliação interna regida pelos princípios de organização, sistematização e interrelacionamento de informações e de juízos de valor sobre a qualidade do trabalho pedagógico e da produção teórica da instituição de ensino superior avaliada.

§1º A avaliação externa promovida pelo Conselho Estadual de Educação se articula ao proposto na legislação em vigor para a avaliação da Educação Superior.

§2º A avaliação externa será disciplinada pela Câmara de Educação Superior do Conselho Estadual de Educação em articulação com o Plano Estadual de Educação.

Art. 52. A avaliação externa tomará como suporte instrumento de avaliação próprio elaborado pela Câmara de Educação Superior do Conselho Estadual de Educação.

Os prazos para a apresentação do documento final da Avaliação Instituição foram definidos pela Deliberação 004/2005 do CEE, conforme segue:

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO do Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, tendo em vista as disposto no art. 49 da Deliberação nº 1/05 e da Indicação n.º 2/05, da Câmara de Educação Superior, que a esta se incorpora, e ouvida a Câmara de Legislação e Normas:

### **DELIBERA:**

Art. 1º As Instituições de Ensino Superior integrantes do Sistema de Estadual de Ensino do Paraná deverão proceder a auto-avaliação, com objetivo de aperfeiçoar e garantir a qualidade do ensino superior, entregando os relatórios na Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI, observando o seguinte calendário:

<b>Formas de Organização Acadêmica das IES</b>	<b>Entrega do Relatório de Auto- Avaliação</b>
Faculdades Integradas, Faculdades Isoladas, Escolas e Institutos de Educação Superior com até 500 alunos matriculados*	Até 28/02/2006
Faculdades Integradas, Faculdades Isoladas, Escolas e Institutos de Educação Superior com mais de 500 alunos matriculados*/ Centros de Educação Tecnológica/ Centros Universitários	Até 30/05/2006
Universidades	Até 31/08/2006

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Sala Pe. José de Anchieta, em 07 de outubro de 2005.

Conforme podemos verificar a Avaliação Institucional deve constituir-se de um Projeto sistematizado cientificamente de modo a demonstrar na sua organização, desempenho e resultados a postura político pedagógica institucional adotada pela entidade em questão.

Assim sendo, esta Comissão Permanente de Avaliação, após comparecer pela segunda vez consecutiva à reunião de discussão da Avaliação Institucional do Grupo Leste, coordenada

pela professora Jackelyne Corrêa Veneza<sup>1</sup>, pelo Professor Tarcísio Pires Trindade<sup>2</sup> e pelo Professor Carlos Stanger<sup>3</sup>, da Unicentro, resolveu propor as devidas e necessárias modificações no processo de Avaliação Institucional sob sua responsabilidade, visando cumprir o que ficou definido nos dois encontros mencionados para todas as 12 Faculdades do Paraná. Também compareceram às reuniões mencionadas os representantes das CPAs das seguintes Faculdades: Bandeirantes, Apucarana, Paranavaí ( anfitriã), União de Vitória, Paranaguá e das Universidades de Maringá, Ponta-Grossa e Guarapuava e três instituições justificaram a ausência à reunião.

Como o processo terá que ser desencadeado na FECILCAM como um todo, visando cumprir o proposto pela Comissão Especial de Avaliação do Sistema Estadual de Ensino Superior, foi definido que na data de 30 de Maio corrente a Comissão local de Avaliação deverá enviar os resultados obtidos até esta data, compondo documento de Justificativa e solicitando o prazo necessário para concluir o que denominaram de “primeiro Ciclo de trabalho”.

O Processo de Avaliação Institucional, conforme definido e aprovado pela Comissão Estadual será contínuo e cíclico, e finda esta primeira etapa a segunda deverá ser iniciada. Após a análise do documento do primeiro ciclo pelos membros da Comissão Especial do Estado e pelo Conselho Estadual da Educação, a Comissão fará as visitas necessárias para as verificações “in loco”.

Segue a Proposta de Trabalho desta Comissão de Avaliação, conforme acordado entre seus membros.

---

<sup>1</sup> representante da Universidade Estadual de Ponta Grossa e membro efetivo da Comissão Especial de Avaliação do Sistema Estadual de Ensino Superior

<sup>2</sup> Presidente da Comissão Especial de Avaliação do Sistema Estadual de Ensino Superior

<sup>3</sup> membro efetivo da Comissão Especial de Avaliação do Sistema Estadual de Ensino Superior,

## **2 PROPOSTA PARA DESENVOLVIMENTO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**

Neste momento em que nos vemos frente à necessidade de estabelecer uma sistemática de avaliação institucional para a Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão cabe-nos estender a dimensão do olhar visando atingir a totalidade do ora construído, numa perspectiva histórico-crítica.

Esta forma de abordagem permite-nos que visualizar a problemática da Avaliação no interregno de 1974-2006, compondo os 32 anos de existência da FECILCAM. No entanto, havemos que ressaltar que até os anos finais da década de 1980, tratava-se de mero exercício de análise crítica da função da instituição frente à realidade de seu entorno, sem perspectiva de sistematização, ou mesmo, de construção de um planejamento institucional, principalmente dadas as precárias condições de sobrevivência da entidade, com as produções à respeito subsistindo apenas em discussões e pesquisas pontuais de docentes em cursos de pós-graduação *latu-sensu*.

Como sua criação antecede o processo lento e gradual de redemocratização do país, a FECILCAM refletiu em seu processo de construção o silêncio político-pedagógico que instrumentou as primeiras gerações de alunos.

Já na segunda metade da década de oitenta, com o término das licenciaturas curtas e o início das licenciaturas plenas, a instituição passa a receber uma nova geração de alunos, estes já ciosos da função social transformadora do Ensino Superior, mas ainda carentes dos instrumentos críticos fornecidos por obras literárias condizentes. É da síndrome da busca e da angústia desta geração de alunos e professores que a FECILCAM comporá seus alicerces transformadores.

Embora as grandes Universidades do país e as Faculdades situadas em centros urbanos de maior porte na década de setenta já discutissem a necessidade de reformas no Ensino Superior, nas Faculdades de pequeno e médio porte do interior do Estado do Paraná estas discussões surgirão já nos anos finais da década de oitenta, em decorrência de um maior acesso aos meios de comunicação e a uma literatura específica subsidiada por autores como: Paulo Freire, Carlos Rodrigues Brandão, Maria Tereza Nidelcoff, Dermeval Saviani, Pierre Bordieu, etc.

Embora desde o início dos anos oitenta do século XX os países industrializados, e mais especificamente os latino-americanos, buscassem discutir e implementar significativas reformas em seus sistemas de educação superior, num país com as dimensões territoriais e as especificidades regionais do Brasil, há que se entender que este processo fosse lento e gradualmente conquistando espaços no debate das instituições não-universitárias.

No início dos anos noventa ampliou-se o debate entorno do processo de globalização, e mesmo as Faculdades do interior do estado não podiam ficar alheias aos debates que surgem com os novos desafios propostos pelas tendências neoliberais. Os fundamentos do modo de produção capitalista sofrem alterações significativas com as exigências de uma economia de caráter globalizado, que segue os rumos opostos ao da nacionalização da produção das décadas de quarenta e cinquenta. A constrangedora dependência das políticas econômicas globais e do capital internacional transforma países financeiramente comprometidos em reféns das avaliações e das políticas externamente elaboradas, obrigando-os ao cumprimento de planos que analisados sob as perspectivas da realidade nacional eram inexecutáveis.

Assim foi com a educação brasileira. A perspectiva econômica da globalização, sob a ótica da Qualidade Total, deflagrou uma corrida da indústria nacional em busca da competência técnica para a manutenção da competitividade, levando-a a exercer uma forte influência sobre as propostas das reformas educacionais, principalmente tendo como meta a criação de novas profissões, bem como a extinção de outras, processo este que provocou a emergência

de altos níveis de desemprego nos países em desenvolvimento, criando uma nova classe de analfabetos: os analfabetos da tecnologia.

A revolução tecnológica da indústria mundial, ao ter por base o aceleramento da produção e a elevação da qualidade do produto reduzindo custos operacionais e sociais, permitiu níveis de competitividade de qualidade e preços impossíveis à indústria brasileira, que ao ver-se na iminência de processo falimentar dispôs-se a correr atrás do prejuízo investindo na renovação tecnológica de seus parques e cobrando reformas educacionais que agilisassem a formação e elevassem a qualidade técnica dos trabalhadores brasileiros, subsidiando-os com uma educação específica, de forma e conteúdos diferentes daquela até então fornecida pelas instituições de ensino superior brasileiras.

Estas são as perspectivas a partir das quais foram engendradas as reformas da educação brasileira dos anos finais da década dos oitenta, aos anos finais do século XX e início do século XXI. Podemos considerar que o momento crucial desta política de abertura às importações de bens de consumo deu-se no Governo de Fernando Collor de Mello, quando também tiveram início as discussões acerca das reformas educacionais.

O documento SINAES (2003, p. 13) aponta que as conseqüências do desenvolvimento deste processo se fizeram sentir no aumento da demanda por cursos superiores, no crescimento da competitividade nos vestibulares, no aumento das matrículas, na internacionalização do conhecimento, na necessidade de coligar inovação tecnológica e conhecimento e na discussão do papel das instituições de ensino superior frente aos desafios da redução das desigualdades sociais. Observamos aqui os últimos dias da vivência dos resquícios de uma idéia de Universidade lastreada nos princípios da liberdade de pesquisa, sem o vigor de uma intrínseca ligação funcional entre o desenvolvimento sócio-econômico de um país e a atividade universitária.

A partir dos anos finais da década de oitenta, “a socialização da Universidade assume, assim, uma forma particular, de tal maneira que ela se torna parcialmente responsável pelo desenvolvimento nacional” (PROTA, 1987, p.115). Corremos o risco da emergência da

Universidade como agenciadora da mão-de-obra-qualificada nacional, do ensino superior à serviço da qualificação para o mercado, a adoção da “universidade de resultados, a universidade de serviços, cujo modelo padrão é dado pelas empresas” (FÁVERO, In Morosini, 1998, p. 200).

Numa pesquisa mais apurada podemos verificar que o Brasil não é o único país a vivenciar esta problemática, já que o processo atingiu dimensões mundiais, estabelecendo uma teia de relacionamentos intrínsecos do mercado de capitais, onde o efeito dominó mais de uma vez se fez sentir na confluência de acontecimentos desestabilizadores e de nocivos efeitos em longo prazo às nações economicamente dependentes. Estas afirmações podem ser corroboradas pelas observações das reuniões internacionais para a discussão das propostas de reformas dos diversos níveis de ensino e pela descontrolada disseminação do uso da tecnologia na agilização do processo educativo contribuindo para o crescimento da oferta de cursos à distância e para a mercantilização da educação.

Como se não bastasse, o processo de globalização se fez no lastro da ideologia neoliberal, que revigorou a perspectiva de um modelo de Estado mínimo onde o discurso da privatização da educação superior se fez ouvir mais de uma vez, sub-repticiamente elaborado e concretamente propiciado pelo incentivo à criação de Instituições particulares de Ensino Superior.

Como arma provável para a deflagração deste processo foi constituído um sistema nacional de avaliação de cursos, que objetivava penalizar as instituições de ensino superior de pouca qualidade, descredenciando os cursos que não atingissem um patamar mínimo da qualidade exigida.

O que há de contraditório neste processo é o fato dos organismos mantenedores das instituições públicas de ensino serem os grandes culpados pela decadência das mesmas, haja vista a ausência de investimentos significativos no sistema. Como o sistema de avaliação proposto não atingia estas instituições, a realidade era mascarada e as responsabilidades transferidas para quem pouco podia fazer.

No Governo Fernando Henrique Cardoso vimos acontecer as primeiras propostas de Avaliação Nacional do Ensino e os primeiros níveis a serem avaliados foram o Ensino Médio e o Ensino Superior. Nos dias atuais pretende-se expandir este processo para os demais níveis.

Nas primeiras avaliações, ainda durante o governo Fernando Henrique Cardoso, os estudantes mais críticos, com o apoio de um grande número de professores mais politizados, boicotaram o sistema deixando de participar porque não concordavam com a forma, o conteúdo, a sistemática e o caráter predatório das avaliações.

Os discursos de reação tentavam demonstrar as contradições, apontando a incoerência no sistema público de ensino, que além de não oferecer condições para que os professores e alunos desenvolvessem um bom trabalho, ainda queriam avaliar os resultados, sem, no entanto, colocar-se nesse processo como o sujeito a ser avaliado. Afinal, o sucesso ou o fracasso da escola pública depende das políticas públicas para o setor.

O significado dos debates e da resistência se faz mais importante na medida em que consideramos o papel do resultado da avaliação na vida profissional dos estudantes. Afinal, não temos uma cultura da avaliação sistemática e cotidiana das nossas atividades profissionais, o que faz com que os resultados de avaliações não sejam analisados de forma contextualizada, ou seja, é comum extrair-se o sujeito de sua realidade histórica e considerar-se apenas os resultados quantitativos demonstrados por algum teste.

Além do mais, a sistemática do apadrinhamento (QI = quem indica) e da ingerência política no mercado de trabalho ainda faz parte de nossa cultura, e isso corre por conta de um projeto patrimonial de sociedade, longamente embalado nas hostes do coronelismo, prática da qual ainda não nos despojamos e que minimiza a função social da educação.

As primeiras escolas Ocidentais não faziam uso de um sistema de avaliação, os cursos eram procurados conforme repercutia a fama dos professores, e só mais tardiamente, com o significativo aumento do número de alunos e a seriação sistemática é que a escola criou

uma metodologia de avaliação, que posteriormente foi assimilada pela sociedade e transferida para o mercado de trabalho.

Mas assim como a divisão do trabalho foi estabelecendo os critérios para a divisão de classes sociais, a avaliação contribuiu para o estabelecimento de nichos de excelência, tornando-se também um dos fundamentos da exclusão social, tanto na escola quanto no mercado de trabalho.

Nos dias atuais a exigência de domínio de conhecimentos mais elaborados num mercado de trabalho esfacelado e diverso contribuiu para refinar as metodologias de avaliação, estabelecendo uma hierarquia que parece ir além da já nociva categoria classe social para adentrar no julgamento do humano, não mais como sujeito, mas agora enquanto objeto mercantil, o homem como capital, numa perspectiva de final do humanismo frente às necessidades do capitalismo.

O projeto globalização não contém apenas um plano de ação voltado à destruição das fronteiras nacionais para o capital, é também uma perspectiva para a destruição das identidades nacionais, que via de regra, tem na educação uma de suas instâncias básicas de formação. E seguindo o mote do grande irmão, os países que tangenciam periféricamente correm atrás da sua fatia do bolo da felicidade, implantando sistemas de aplausos globais entre os grandes, descuidando do real significado destas questões todas para suas gentes.

Assim sendo, avaliar a educação nacional em seus diversos níveis seria justo, se não fosse uma tarefa subrepticamente encaminhada pelos organismos internacionais de financiamento da dívida tanto brasileira quanto de outros países dependentes do capital internacional, principalmente nos anos noventa.

Acompanhando o desenvolvimento deste processo tendencioso pudemos verificar que países que almejam algum significado internacional na corrida da globalização revisaram seus sistemas educacionais nas duas últimas décadas e já são famosas as Cúpulas anuais onde se encontram para discutir seus “significativos avanços” (sic). Par entre os pares, o

Brasil tem sido elogiado por sua sistemática e urgência em obter estes “avanços”. Enquanto isso, nas “avaliações internacionais” do sistema, nossos alunos se classificam entre os penúltimos da escala global dos países participantes.

Dadas estas considerações, cumpre lembrar que há um sistema legalmente constituído que implanta e exige que sejam cumpridas determinadas atividades, dentre elas a avaliação interna das IES, sob pena do descredenciamento de seus cursos.

Por outro lado, há que se considerar uma outra face da avaliação institucional, pois como Instituição Pública de Ensino, mantida com os impostos dos trabalhadores, temos a responsabilidade social e política de criar as possibilidades para a transformação da sociedade brasileira, agindo em nosso meio. Assim sendo, é nossa preocupação pensar a avaliação como um instrumento contextualizado de análise da realidade interna da FECILCAM, propiciando instrumentos e recursos para estabelecer um projeto de auto-avaliação com competência pedagógica e compromisso político, de forma a provocar um olhar de alunos, professores e funcionários da Fecilcam sobre si mesmo e suas perspectivas de mundo frente um trabalho que se deseja coletivo, justo e socialmente significativo.

Sabemos que pelo sistema proposto pelos organismos da Federação há uma série de critérios estabelecidos visando classificar por pontos conseguidos conforme sua arquitetura geral, mensurando quantitativamente suas realizações.

No entanto, no Estado do Paraná a proposta da SETI é avaliar qualitativamente o processo de constituição político/pedagógica das Instituições Públicas de Ensino Superior, incentivando a instauração de uma mentalidade tal, que a Avaliação signifique uma tomada de consciência da responsabilidade social, considerando-a como componente curricular enriquecedor das políticas públicas.

Conforme as dimensões apresentadas e discutidas pelo Professor José Tarcísio Pires Trindade, Coordenador do Ensino Superior da SETI e Presidente da Comissão Especial de Avaliação do Sistema Estadual de Ensino Superior, em reunião realizada com as Comissões

das Faculdades Estaduais na data de 10 de Maio do corrente ano, a principal função da Avaliação Institucional é a de apontar ao Estado quais são as principais necessidades do Ensino Superior Público Paranaense, e implantar uma sistemática de auto-análise que contribua para a implementação da competência técnica e do compromisso político nas IES.

É nesta perspectiva que propomos os encaminhamentos abaixo dispostos.

## **2.2 METODOLOGIA DE TRABALHO**

Ao considerar as necessidades dadas pela instauração de um processo de Avaliação Institucional havemos de indagar: Avaliar o que? Como? Porque ? Para que? Quando buscamos responder a estas questões nos deparamos com a necessidade de pensar parâmetros norteadores, já que para que um processo seja desencadeado a totalidade que compõem aquilo que denominamos de FECILCAM deve ser considerado. Parâmetros são construídos em função de objetivos e numa perspectiva político-pedagógica os objetivos devem ser considerados a partir de um planejamento participativo.

Neste sentido a primeira pergunta que nos cumpre fazer, e da qual dependerão todas as demais é: O que significa ser uma Instituição de Ensino Superior para a totalidade dos sujeitos que compõem a FECILCAM? Como esta totalidade de sujeitos vê a Instituição? Como esta totalidade vê a função político-pedagógica da Instituição? Como esta totalidade defini o papel social da FECILCAM? Como esta totalidade ( cada um e todos) planeja seu trabalho político-pedagógico ? Como se dá a gestão do projeto político-pedagógico de cada um e de cada curso? Quais as práticas definidoras e norteadoras de cada disciplina em cada curso da FECILCAM? Como os sujeitos dos setores administrativos elaboram e desenvolvem seus planos de ação? Como a totalidade dos sujeitos que compõem a FECILCAM vê o Planejamento de suas funções? E o cumprimento deste Planejamento?

Como diz Gandim (1999, p. 16) “Algumas instituições propõem um ‘projeto educativo’, atendo-se à ‘filosofia institucional’. Isto tem acontecido freqüentemente em instituições

escolares. Com isto, mesmo se a ‘filosofia’ for adequada às necessidades atuais e até capaz de ser geradora de ação, não há resultados suficientes porque não se completa o processo de intervenção na realidade”.

E a “intervenção” na realidade é a grande questão. O nó inextricável que ninguém gosta de tentar desatar não está situado apenas nas nossas elaborações teóricas, está na realidade, onde milita o homem concreto, objeto do processo educativo formal. Se queremos cumprir uma tarefa proposta pelos organismos superiores e apenas isso, fazendo de conta que avaliamos, não precisamos “pensar” a FECILCAM coletivamente, não necessitamos “refletir” sobre a nossa razão de ser uma instituição de ensino superior. A Comissão Permanente de Avaliação pode cumprir com o levantamento e tabulação de dados, sistematizando-os e enviando-os a quem se destinam.

Mas se queremos realmente que a Avaliação Institucional seja um processo instaurado a partir de uma postura político pedagógica de ação reflexiva sobre nosso trabalho, então precisamos coletivizar esta prática para que ela cumpra com seus e nossos propósitos.

Em razão destas considerações este documento é denominado Proposta de trabalho e se tornará projeto apenas depois de coletivamente avaliado e se aprovado.

### **2.3 ESTRATÉGIAS PROPOSTAS**

Visando instaurar um prática coletiva de Avaliação Institucional propomos as seguintes estratégias:

- 1- Confeção de Cartazes para serem afixados em cada sala de aula e no pátio da Fecilcam chamando a atenção para a Avaliação Institucional como processo.
- 2- Entrevistas para os meios de comunicação.
- 3- Produção e publicação de artigos sobre a AI e seu processo na FECILCAM.

- 4- Seminários de sensibilização para o a instauração do processo por grupos: professores (1 grupo pela manhã e 1 grupo a noite), alunos( 1 grupo pela manhã e 1 grupo a noite), técnico-administrativos, comunidade externa e egressos.
- 5- Confecção dos instrumentos de pesquisa por curso e por setores, abrangendo: Professores da graduação e da pós-graduação, alunos da graduação e da pós-graduação, egressos, grupo técnico-administrativo e comunidade externa.
- 6- Registro fotográfico de todo o processo.
- 7- Coleta de dados
- 8- Análise dos dados
- 9- Registro do processo
- 10- Documento final
- 11- Análise do documento final
- 12- Envio à SETI E AO INEP.

Como a Comissão Estadual de Avaliação propôs a divisão da Avaliação por Ciclos, tendo em vista as propostas dos documentos legais já citados na primeira parte deste documento, a etapa a ser cumprida em 2006 será denominada de Primeiro Ciclo de Avaliação Institucional , a de 2007 de Segundo Ciclo de Avaliação Institucional e a de 2008, terceiro Ciclo de Avaliação Institucional.

Conforme constatamos na última reunião da Comissão Leste, o PDI que a FECILCAM possui é um documento organizado coletivamente, sendo igual para as 11 Faculdades públicas do Paraná, na intenção de apresentar o projeto de Desenvolvimento Institucional da UNESPAR e não condiz com a atual situação jurídica das instituições. Em vista disso as 12 Faculdades do Paraná também não possuem o PPI . Sendo assim esta Comissão Permanente de Avaliação Institucional propõem que o SEGUNDO CICLO (2007) seja voltado à continuidade do processo instaurado em 2006 e à organização coletiva do PDI e do PPI, bem como à revisão do Regimento interno da Instituição.

No TERCEIRO CICLO propõem-se uma avaliação do processo até então desencadeado para que possam ser efetuadas as devidas e necessárias correções.

## 2.4 CRONOGRAMA DE TRABALHO PARA 2006

Maio 2006						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab
	<u>1</u>	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	<b>12</b>	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

Junho 2006						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab
				<u>1</u>	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	<u>15</u>	16	17
18	19	20	21	22	23	<u>24</u>
25	26	27	28	29	30	

Julho 2006						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

**PLANEJAMENTO DO SEGUNDO CICLO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NO MÊS DE AGOSTO DE 2006.**

**LEGENDA**

Apresentação da proposta de AI.

Sensibilização do grupos e confecção dos instrumentos de pesquisa.

Apresentação dos instrumentos de pesquisa ao Conselho Departamental para aprovação e envio do relatório Parcial da AI.

Aplicação dos instrumentos de pesquisa e complemento do referencial teórico da AI

Tabulação e análise do dados

Organização do Relatório Final da AI

## **2.5 OPERACIONALIZAÇÃO DA PROPOSTA**

A Comissão Permanente de Avaliação, tão logo receba as decisões do Conselho Departamental poderá marcar as reuniões com todos os grupos nas datas propostas e imediatamente desenvolver o trabalho, já que os prazos para este ano são exíguos.

A organização do processo de Avaliação terá alguns custos, como é o caso da confecção dos cartazes, que não foram ainda verificados por esta comissão e que serão encaminhados a tempo de serem incorporados a esta Proposta antes de sua apresentação para a aprovação.

Para organizar o processo de trabalho e tendo em vista as demais atividades dos membros desta Comissão solicitamos a contratação de dois estagiários para colaborar com o Professor Éder Rogério Stela na tabulação dos dados estatísticos e organização dos gráficos e tabelas pertinentes.

Solicitamos também se é possível a contratação de um aluno estagiário do Curso de Matemática e a disponibilização de um computador devidamente equipado para a organização de um setor de Estatísticas para a Instituição, coletando e sistematizando os dados:

- 1- Controle Acadêmico;
- 2- Departamentos;
- 3- Coordenações;
- 4- Diretorias.